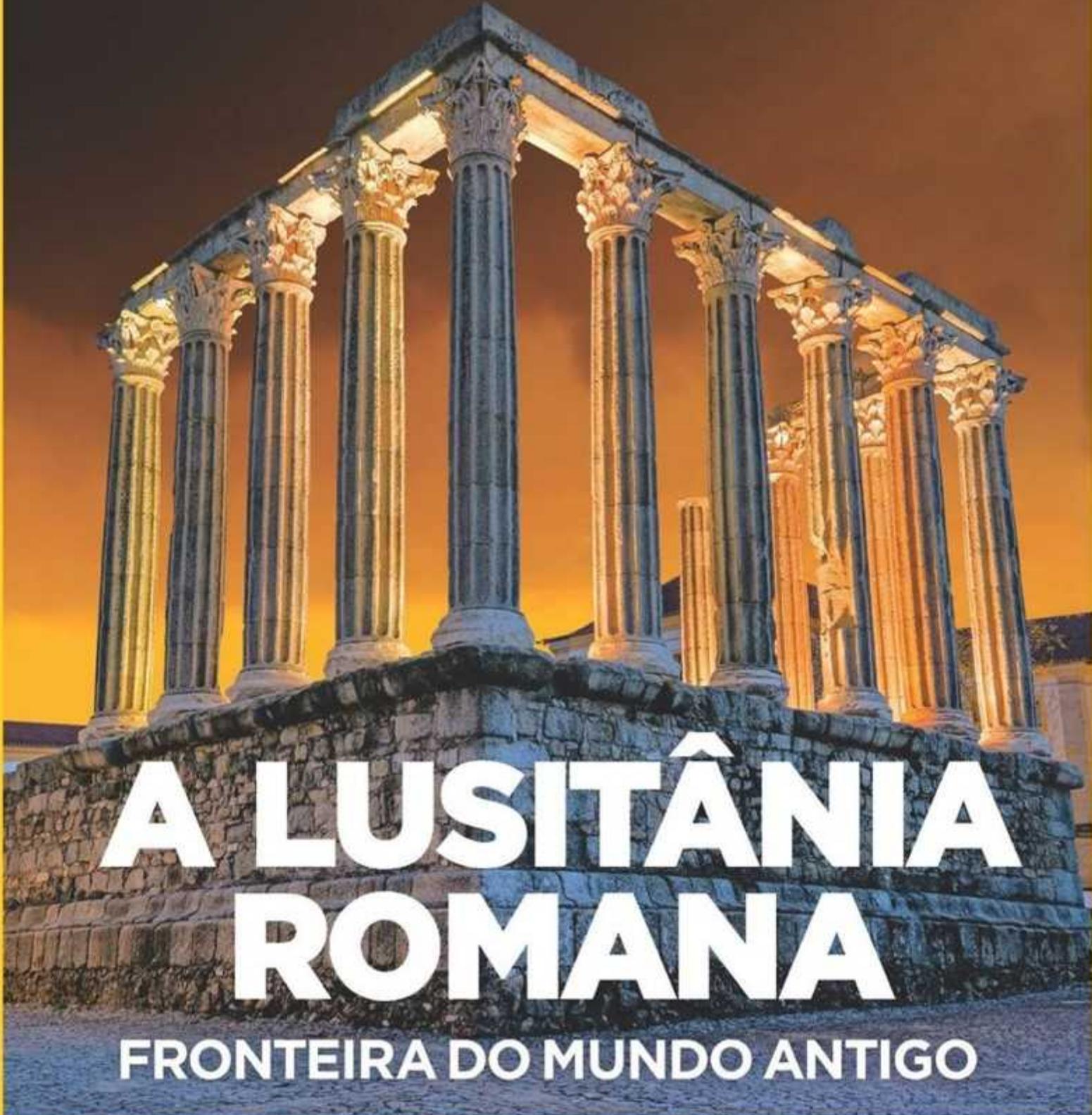


 NATIONAL  
GEOGRAPHIC

# HISTÓRIA

EDIÇÃO ESPECIAL



## A LUSITÂNIA ROMANA

FRONTEIRA DO MUNDO ANTIGO



EDIÇÃO ESPECIAL HISTÓRIA LUSITÂNIA ROMANA

© desta edição 2022, RBA Revistas S.L.

GONÇALO PEREIRA ROSA, *Director*

HELENA ABREU, *Coordenadora Editorial*

ALEXANDRE VAZ, *Editor*

ANTÓNIO CARVALHO, AMÍLCAR GUERRA,

CARLOS FABIÃO, JOAQUIM CARVALHO,

JONATHAN EDMONDSON, JOSÉ D'ENCARNAÇÃO,

NOVA BARRETO MARTÍN, PEDRO C. CARVALHO,

TRINIDAD NOGALES BASARRATE, VIRGÍLIO

LOPES, VÍTOR DIAS, *Textos principais*

GONÇALO PEREIRA ROSA E HUGO MARQUES,

*Textos complementares*

AGE, ALEXANDRE VAZ, ANTÓNIO CUNHA, CARLOS

FRANCO, GETTY IMAGES, GONÇALO DELGADO,

HUGO MARQUES, LUÍS FERREIRA, LUÍS QUINTA,

PEDRO MARTINS, RICARDO LOURENÇO,

SHUTTERSTOCK, *Fotografias*

ANYFORMS DESIGN, *Ilustração, cartografia e*

*maquetagem*

ELSA GONÇALVES, *Revisão*

#### CONSULTORES

JOSEP MARIA CASALS

MÓNICA ARTIGAS

IÑAKI DE LA FUENTE

MERITXELL CASANOVAS

#### PROPRIETÁRIA/EDITORIA

RBA Revistas, S.L.

Avda. Diagonal, 189 – 08018 Barcelona

CIF: B 64610389

#### RBA PUBLIVENTAS

rbapubliventas.com

ARIADNA HERNÁNDEZ FOX, *Directora-geral*

M.ª LUZ MAÑAS, *Directora comercial Madrid*

mluz-m@rba.es - Tel.: 00 34 91 510 66 00

ANA GEA, *Directora comercial Barcelona*

ana-gea@rba.es - Tel.: 00 34 93 415 23 22

SERAFÍN GONZÁLEZ, *Director de negócios*

digitais e serviços comerciais

#### NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY

**CHIEF EXECUTIVE OFFICER:** Dra. Jill Tiefenthaler

##### SENIOR MANAGEMENT

PRESIDENT AND CHIEF OPERATING OFFICER: Michael L. Ulica

CHIEF DIVERSITY OFFICER: Shannon Bartlett

CHIEF COMMUNICATIONS OFFICER: Crystal Brown

CHIEF HUMAN RESOURCES OFFICER: Mara Dell

CHIEF SCIENCE AND INNOVATION OFFICER: Ian Miller

CHIEF EXPLORER ENGAGEMENT OFFICER: Alex Moen

CHIEF ADVANCEMENT OFFICER: Kara Ramirez Mullins

CHIEF EDUCATION OFFICER: Vicki Phillips

CHIEF LEGAL OFFICER: Sumeet Seam

CHIEF OF STAFF: Kim Waldron

CHIEF STORYTELLING OFFICER: Kaitlin Yarnall

CHIEF FINANCIAL OFFICER: Rob Young

##### BOARD OF TRUSTEES

CHAIRMAN: Jean M. Case

VICE CHAIRMAN: Katherine Bradley

Brendan P. Bechtel, Afsaneh Beschloss, Ángel Cabrera, Elizabeth Comstock, Jack Dangermund, Joseph M. DeSimone, Alexandra Grosvenor Eller, Jane Lubchenco, Kevin J. Maroni, Strive Masiyiwa, Mark C. Moore, George Muñoz, Lyndon Rive, Edward P. Roski, Jr., Frederick J. Ryan, Jr., Rajiv Shah, Ellen R. Stofan, Jill Tiefenthaler, Anthony A. Williams, Tracy R. Wolstencroft

##### EXPLORERS-IN-RESIDENCE

Enric Sala

##### EXPLORERS-AT-LARGE

Robert Ballard, Lee R. Berger, James Cameron, Sylvia Earle, J. Michael Fay, Beverly Joubert, Dereck Joubert, Louise Leakey, Meave Leakey, Thomas Lovejoy, Rodrigo Medellín

#### NATIONAL GEOGRAPHIC PARTNERS

##### SENIOR MANAGEMENT

EDITORIAL DIRECTOR: Susan Goldberg

GENERAL MANAGER NG MEDIA: David E. Miller

DEPUTY CHIEF COUNSEL: Evelyn Miller

GLOBAL NETWORKS CEO: Courteney Monroe

HEAD OF TRAVEL AND TOUR OPERATIONS: Nancy Schumacher

CHIEF FINANCIAL OFFICER: Akilesh Sridharan

##### BOARD OF DIRECTORS

Jean M. Case, Rebecca Campbell, Josh d'Amaro, Kareem Daniel, Nancy Lee, Kevin J. Maroni, Peter Rice, Frederick J. Ryan, Jr., Jill Tiefenthaler, Michael L. Ulica

#### INTERNATIONAL PUBLISHING

SENIOR VICE PRESIDENT: Yulia Petrossian Boyle

Allison Bradshaw, Ariel Deiaco-Lohr, Kelly Hoover, Diana Jaksic, Jennifer Jones, Leanna Lakeram, Rossana Stella



Envie-nos comentários para  
nationalgeographic  
@rbarevistas.pt



Siga-nos no Twitter em  
@ngmportugal



Torne-se fã da nossa página  
de Facebook: facebook.  
com/ngportugal



Mais informação na nossa  
página de Internet:  
nationalgeographic.pt



Siga-nos no Instagram em @  
natgeo\_revistaportugal

**Copyright** © 2022 National Geographic Partners, LLC. Todos os direitos reservados. National Geographic e Yellow Border: Registered Trademarks® Marcas Registradas. A National Geographic declina qualquer responsabilidade sobre materiais não solicitados.

#### RBA REVISTAS

Licença de

NATIONAL GEOGRAPHIC PARTNERS, LLC.

RICARDO RODRIGO, *Presidente*

ANA RODRIGO, *Editora*

JOAN BORRELL FIGUERAS, *Director-geral Corporativo*

AUREA DIAZ ESCRIU, *Directora-geral*

BERTA CASTELLET, *Directora de Marketing*

JORDINA SALVANY, *Directora Criativa*

SUSANA GÓMEZ MARCULETA, *Directora Editorial*

JOSEP OYA, *Director-geral de Operações*

RAMON FORTUNY, *Director de Produção*

Capital social: € 250.000

ACCIONISTAS - SÓCIO ÚNICO:

RBA Holding de Comunicación, S.L.U.



Interdita a reprodução de textos e imagens

Depósito Legal n.º B-8358-2021

ISSN 2696-7979

Registo de imprensa n.º 123871

Tiragem média: 20.000

Estatuto editorial:

[nationalgeographic.pt/lei-transparencia](http://nationalgeographic.pt/lei-transparencia)

#### IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO

Rotimpress, S.A.

Pol. Ind. Casa Nova – Carrer del Pla de l'Estany s/n 1781 Aiguaviva (Girona), Espanha

#### DISTRIBUIÇÃO

VASP, Distribuidora de Publicações, SA

MLP – Media Logistic Park

Quinta do Grajal

2739-511 Aqualva - Cacém

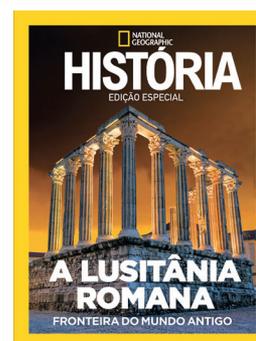
Tel.: (351) 214 337 000

#### ATENDIMENTO AO CLIENTE

VASP-PREMIUM

Tel.: (351) 21 433 70 36

[assinaturas@vasp.pt](mailto:assinaturas@vasp.pt)



O TEMPLO ROMANO DE  
ÉVORA, ÍCONE MONUMENTAL  
DO IMPÉRIO ROMANO

IMAGEM DE LUÍS FERREIRA



### GÊNIO DA COLÓNIA

Encontrada nas imediações do Templo de Diana, em Mérida, esta escultura representa o Génio da Colónia, uma das divindades protectoras da cidade fundada por Augusto. À direita, uma *tessera* de Vila Nova de Gaia documenta um pacto de hospitalidade entre um cidadão romano e outro indígena.



# O IMPERADOR AUGUSTO E A LUSITÂNIA



Há dois mil anos, um homem teve um sonho e jurou torná-lo realidade, custasse o que custasse. Augusto reorganizou a Hispânia em três novas províncias, conferindo-lhes direitos inéditos.

TEXTO DE JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS EM ARQUEOLOGIA, ARTE E CIÊNCIAS DO PATRIMÓNIO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



**E**m 1976, os arqueólogos Jorge Alarcão e Robert Étienne foram convidados a fazer a comunicação “Portugal na época de Augusto”, no Simpósio de Cidades Augustas, realizado em Saragoça, numa altura em que tinham dado por concluídas as campanhas de escavação na cidade de *Conímbriga* e poderiam, por isso, fazer um balanço reflexivo acerca do que haviam detectado.

Assim, depois de traçarem uma panorâmica da acção do imperador Augusto em relação ao Ocidente peninsular, aproveitaram para dar conta dos resultados dessas campanhas e tirar conclusões. Poder-se-á pensar que se tratava de uma

visão optimista e até de uma vontade de se opor a correntes interpretativas mais radicais, tendo em conta, por exemplo, que Marcel Benabou acabara de publicar, nesse mesmo ano de 1976, o seu livro sobre resistência africana à romanização, que a ninguém deixara indiferente. Aliás, para um volume publicado, nos finais de 2021, pela Diputación de Lugo acerca da intervenção de Roma nas comunidades indígenas, chamou-se a título “Aut oppressi serviunt...”, da frase de Cícero numa das suas *Catilinárias*, em que este afirma: uma vez conquistados, ou são completamente submetidos ou se lhes concedem alguns benefícios que permitam, em contrapartida, a sua colaboração.



BIBLIOTECA NACIONAL LISBOA

### A INSCRIÇÃO DE ALCÁNTARA

No século XVI, Francisco de Holanda registou a importante inscrição fixada na ponte de Alcántara, em Espanha (em cima), desenhando também a estrutura (à direita). No texto, documentam-se os vários povos que pagaram a infra-estrutura, começando pelos Igaeditani, cidade hoje sobreposta por Idanha-a-Velha.

Em 1976, Alarcão e Étienne notavam: “São os magistrados dos *oppida*, os conselhos de ‘anciãos’, que ajudam na transformação pacífica dos costumes, que dão aos *oppidani* a medida do tempo de Roma, assim como o baptismo linguístico latiniza os nomes dos homens e dos deuses. No decurso desta primeira fase de integração, o que causa admiração é a lentidão e a prudência de Roma, que sabe que o tempo joga a seu favor num mundo que ela pacificou. Sem alterar as estruturas sociais, procura recuperar o escol que comunga no culto imperial, ao mesmo tempo que inicia esse escol na aprendizagem da autonomia municipal. O Portugal romano na época de Au-

gusto participa, pois, desse regime de equilíbrio entre passado e presente, entre liberdade e autoridade, entre tradições e inovações.”

Não temos dúvidas: houve, de facto, invasão: os romanos vieram ocupar o território peninsular. Mas... e depois? Depois, deu-se a integração que Jorge Alarcão e Robert Étienne não quiseram deixar de sublinhar. Foram, de facto, especiais os meios adoptados e deles vamos falar.

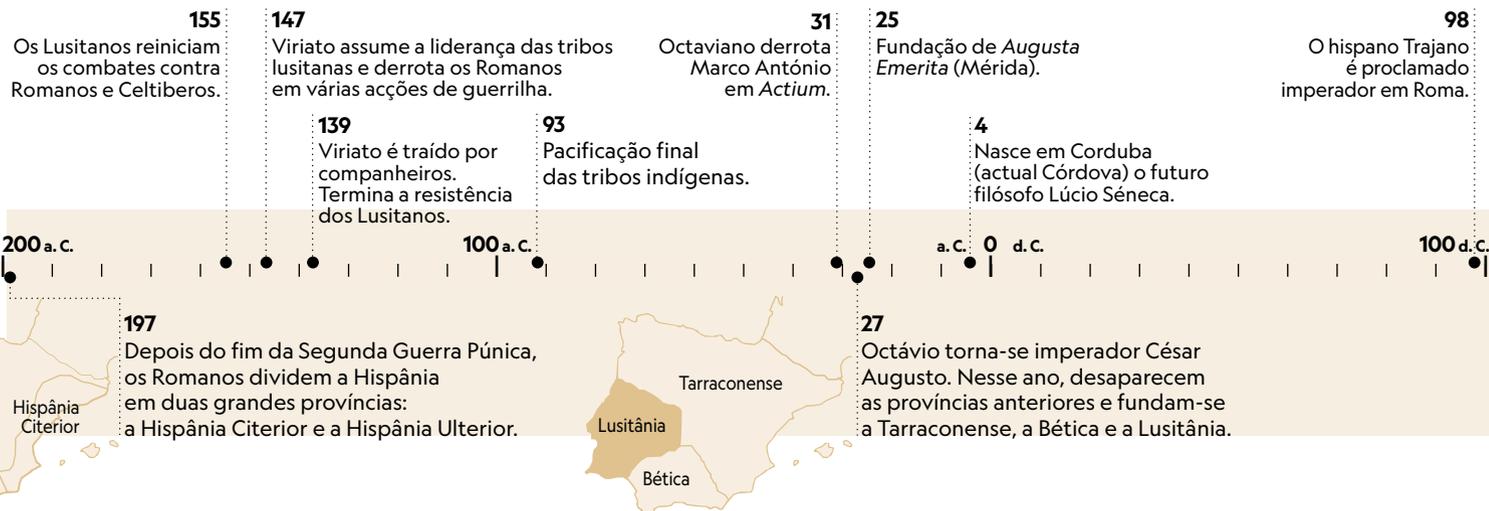
### Os feitos do Divino Augusto

Subiu Octávio ao poder pela força das armas, o “meu exército” chama ele aos seus homens, na sequência do assassinio, em pleno Senado, a 15 de Março de 44 a. C. (os famosos “idos de Março”!) de seu pai adoptivo, Júlio César.

A ideia era pôr fim à crise política e económica que as longas guerras civis tinham provocado. Requeria-se um “salvador” – preconizado e anunciado por lendas místicas criadas em seu redor. Como escreveu o autor de romances históricos Norbert Rouland, Octávio “proclama-se o salvador da República, o que não engana quase ninguém, mas satisfaz toda a gente”.

E mudou de nome – atitude que, na actualidade, aceitamos sem problemas para papas e para reis e cujo significado entendemos. Primeiro, *imperator*, isto é, o chefe das tropas, quem manda. A justificação do poder pela via militar. Depois, *Caesar*, a sublinhar a via hereditária, de sucessão a seu pai. Finalmente, *Augustus*, aquele que, com o enorme beneplácito dos deuses, veio para aumentar o bem-estar do povo. Augusto é o antónimo de “angusto”, apertado. Todo um programa político apenas na escolha do nome!

A esse propósito, importará esclarecer ambiguidades amiúde divulgadas, incluindo em concursos televisivos: Júlio César não foi impe-



rador. O primeiro imperador foi Augusto, que tomou posse em 1 de Julho de 23 a. C. Não existiu, por exemplo, um Octávio Augusto...

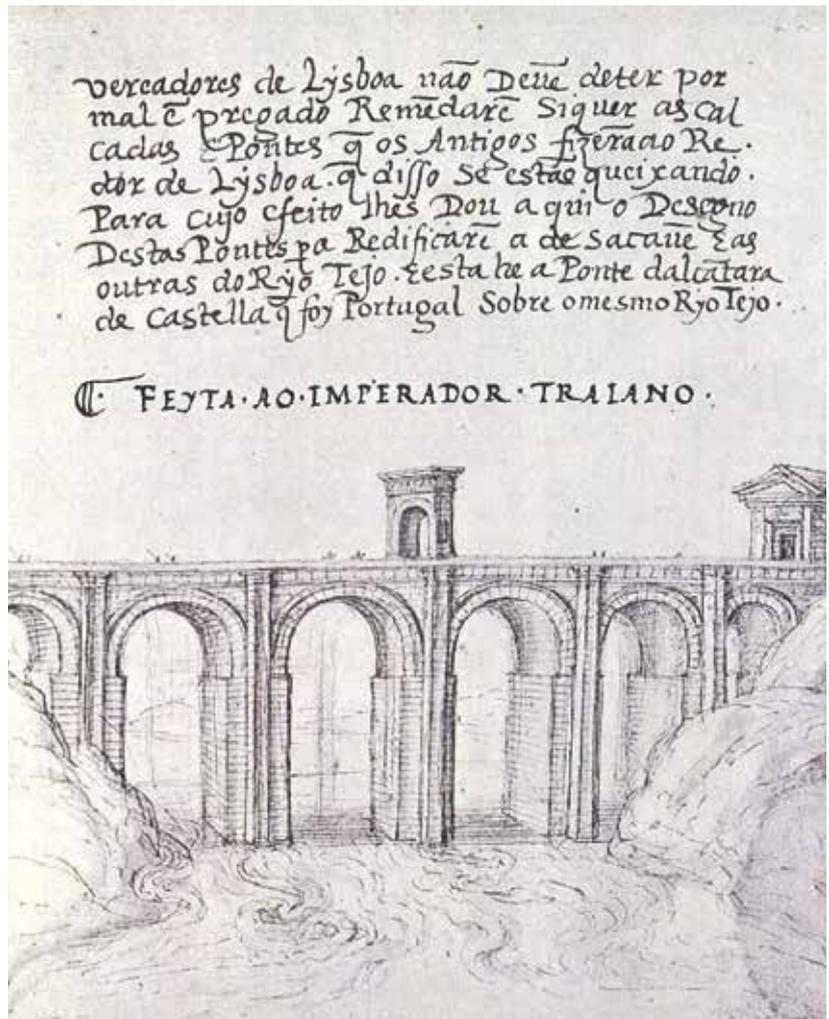
Esse programa de acção acabou por ser muito judiciosamente dado a conhecer, qual testamento político, na longa inscrição postada nas paredes do Templo de Roma e de Augusto, em Ancara, na actual Turquia. Aí se enumeram, naturalmente, os dados positivos do seu reinado: a benevolência para com os povos submetidos, o desejo de não contrariar os hábitos ancestrais, o respeito pelos deuses. Esse documento mereceu sempre análise aturada. Sempre em todas as circunstâncias. Mesmo sabendo-se ser, a par do testamento político, bem reconfortante autoelogio.

A criação da colónia de *Augusta Emerita*, que viria a ser elevada a capital da província imperial e pretoriana da Lusitânia, inscreve-se, desde logo, numa sábia atitude política.

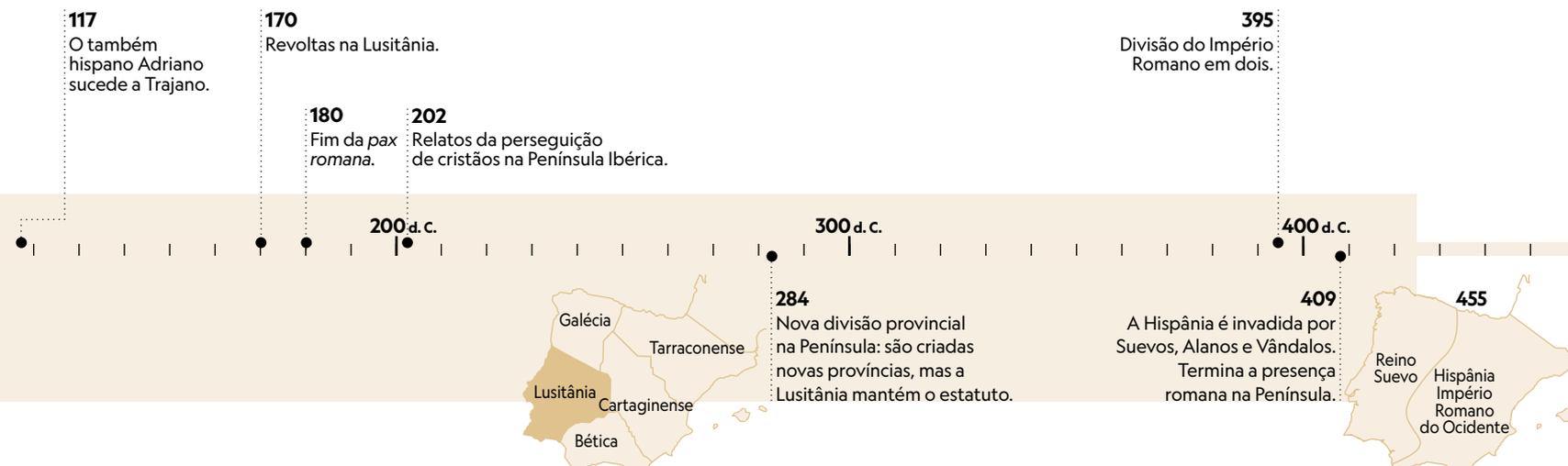
À sua frente, estará futuramente um legado da ordem senatorial directamente dependente do imperador. Dela encarregou Augusto, no início, segundo se crê, no ano de 25 a. C., o seu legado Publius Carisius, que comandara com êxito as tropas na guerra contra Cântabros e Ástures. Há quem defenda ter preexistido aí um povoado, em cuja formação poderia ter havido intervenção de Júlio César, no decorrer das lutas travadas na península contra o seu adversário e colega de triunvirato, Pompeu. Não se vê inconveniente e tal preexistência não belisca o significado último da iniciativa.

*Emerita* foi criada como colónia, isto é, um território – neste caso, de muito grande extensão – destinado, na sua parte urbana e rural, a ser colonizado.

Dele foram beneficiários os veteranos das Guerras Cantábricas e quantos haviam acompanhado Octávio nas suas lides guerreiras. Lutam os solda-



dos por uma pátria? Tinham eles, os soldados romanos de então, outra noção que não a do seu bem-estar e a do benefício final, decretada oficialmente a sua *honesta missio*, cumprida com decoro a sua missão? Assim é, assim foi.







**IGAEDIS E O OURO**  
Próxima de filões auríferos, Igaedis (Idanha-a-Velha) ganhou importância com Augusto. Aqui fizeram-se fortunas com a exploração do ouro, como o atestam inscrições de cidadãos que agradecem aos deuses a fortuna da descoberta de filões.

## Um político hábil

Sendo capital, importava ligar *Emerita* por vias aos pontos mais estratégicos: no litoral, Alcácer do Sal (*Salacia*) – a *IMP(eratoria) SAL(acia)*, como vem designada, entre dois golfinhos, na legenda de uma das moedas nela cunhadas; e Lisboa (*Olisipo*); no Norte, Braga (*Bracara Augusta*), pois as refregas nesse Noroeste hispânico dificilmente se haveriam de esquecer. E é nesse âmbito que deve inserir-se o relevante papel atribuído, e desempenhado, pela *civitas Igaeditanorum* (actual Idanha-a-Velha): no plano viário e, de modo especial, no plano económico, dada a sua proximidade de importantes filões auríferos. Um dos igeditanos, Tibério Cláudio Rufo, agradecerá ao deus Júpiter, segundo se lê numa epígrafe, a felicidade de ter encontrado cerca de 120 libras de ouro!...

No plano viário, pela *civitas* passava a fundamental via de *Emerita a Bracara Augusta*; dela e dessa época não se conhecem, por enquanto, miliários e mesmo a inscrição de Alfaiates (Sabugal) poderá inserir-se mais na categoria de marcos delimitativos, não deixando de ser assaz digna de análise, a esse propósito, a proposta de Jorge de Alarcão, formulada já em 2006, de que, nessa zona do planalto Guarda-Sabugal, tenha havido a necessidade de também se demarcarem territórios próprios e exclusivos de guarnições militares ou *prata* de algumas unidades de tropas romanas, aí estacionadas na época de Augusto, para superintender à organização territorial. Daí que não surpreenda ter uma dessas delimitações sido

presidida, em 4 ou 5 d. C., pela autoridade do legado provincial Quinto Articuleio Régulo.

Este é, na verdade, um domínio da investigação cada vez mais valorizado, à medida que mais documentação vai sendo encontrada: esta preocupação que o imperador teve de, ouvindo as populações, mandar delimitar os territórios das comunidades indígenas, mediante o estabelecimento de *termini augustales*, mormente entre os rios Tejo e Douro. Um dos seus sucessores, o imperador Cláudio, tomará a seu cargo a continuação e consolidação dessa política.

Nessa linha de atenção imperial à *civitas Igaeditanorum*, devem interpretar-se, por um lado, a circunstância de abundarem no seu termo as dedicatórias (e os templos!) a divindades romanas clássicas (Júpiter, Marte, Vénus...) e a oferta de um relógio, feita aos igeditanos por um cidadão emeritense, e, por outro, a erecção de uma estátua a Gaio.

Tem sido bem aceite, mau grado as controvérsias, a ideia de que *orarium*, a palavra presente na pedra comemorativa datada de 16 a.C., significa mesmo relógio – se de sol, seria um quadrante, como vários da época romana se encontraram já no território português, na *villa* romana de Freiria (Cascais) nomeadamente. E também não merece desconsideração a hipótese, levantada por Robert Étienne, de que essa oferta ocultava uma intenção política: regular o quotidiano dos igeditanos pela hora da sua capital!

À homenagem que, nos anos 3 ou 4 d.C., a cidade presta a Gaio, “príncipe da Juventude”, um dos filhos adoptivos de Augusto, no momento em que o imperador, preocupado com a sua sucessão, deposita esperanças em Gaio e em Lúcio, nomeando-os Césares, indigitando-os desta forma para um deles – ou mesmo os dois – virem a ocupar o trono após a sua morte, não pode deixar de atribuir-se também um relevo especial, colocando-a a par das várias outras que vão sendo identificadas e valorizadas como eco de uma política do governo central.

A ligação de *Augusta Emerita* a cidades lusitanas teve importância decisiva. Em *Pax Iulia* (Beja), colónia já estruturada, a intervenção de Augusto cingir-se-á, quanto se sabe, à construção das muralhas, torres e portas, cujo custo de bom grado pagou.

*Olisipo* também não terá merecido atenção específica, pois estaria então em desenvolvimento normal. Em Évora, a *Liberalitas Iulia Eboracensis*, o templo em sua honra sobejamente falaria por si.

## As manifestações religiosas

O nome Augusto já implicava, como se viu, uma relação com os deuses. As funções de pontífice máximo denunciavam a sua intenção de ser o interlocutor privilegiado entre o povo e as divindades.

### UM ESCUDO DO TEMPO DE CÉSAR

Na escavação do Monte dos Castelinhos, em Vila Franca de Xira, encontrou-se, entre outras peças de armamento militar, este magnífico escudo romano datado da segunda metade do século I a.C. A peça não foi descartada – terá simplesmente sido perdida. Documenta hoje um momento importante na vida da Península, com os confrontos militares entre romanos e algumas comunidades indígenas.

CMFYX - HÉLDER DIAS



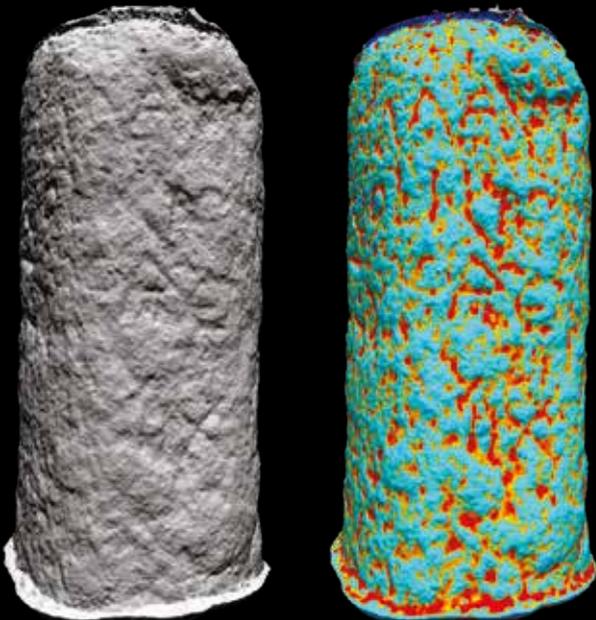
# MILIÁRIOS E RELÓGIOS

Não é de hoje a preocupação com a delimitação de um território. Também os romanos sentiram necessidade de assinalar distâncias com miliários – distribuídos a cada mil passos entre si. Os relógios de sol, em contrapartida, procuravam ordenar o tempo.

**Em 2014**, foi encontrado um miliário na estrada que ligava *Igaedis* a *Centum Cellas* no século IV d.C. O texto epigrafado estava em mau estado de conservação, como costuma suceder com estes registos (à direita, o marco mais antigo encontrado em Portugal, correspondente ao período de Augusto), mas a equipa, constituída por Francisco Henriques, Fernando Patrício Curado, Hugo Pires e João Caninas conseguiu reconstituí-lo através da aplicação de uma técnica digital de registo, o Módulo de Resíduo Morfológico (MRM). Encontrado nas ruínas de uma casa rural, no concelho de Penamacor, estava a ser usado como pé de mesa e o texto era quase invisível a olho nu. Aplicado o MRM e exposta a imagem num plano, foi possível identificar a mensagem: "Aos nossos senhores os Imperadores (Galério) Maximiano e Maximino (Daia), Constantino e Licínio, (...) Augustos. Oito milhas desde *Igaeditania*." Trata-se portanto de um miliário de homenagem aos imperadores integrantes da quarta tetrarquia (308-311), que teve também o condão de clarificar a rota que conduziria da actual Idanha-a-Velha aos arredores de Belmonte.

Também o tempo era regulado no mundo romano, como o comprova o quadrante solar encontrado em Freiria, bem como a célebre inscrição que testemunha a oferta de um relógio a *Igaedis* (em baixo).

MODELO DE RESÍDUO MORFOLÓGICO APLICADO AO MARCO DESANTA MARGARIDA: HUGO PIRES



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (MARCO MILIÁRIO DE ALFAIATES)



## QUADRANTE SOLAR

Este quadrante solar encontrado na *villa* de Freiria, no concelho de Cascais, poderia ser igual ao que os cidadãos de *Augusta Emerita* ofereceram a *Igaedis* para regular o tempo.

## OFERTA DO ORARIUM

A inscrição que documenta a oferta do relógio talvez de sol (em baixo) ajuda a datar a consolidação de *Igaedis* no quadro das novas relações viárias criadas a partir de *Augusta Emerita*.

## MARCO MILIÁRIO

Em Alaiates, no concelho da Guarda, foi encontrado este miliário (em cima), delimitativo das novas fronteiras traçadas por Augusto no final do século I a.C.



JOSE D'ENCARNACÃO





JOSÉ VIGÁRIO (EM CIMA), JOSÉ DEICARNAÇÃO (EM BAIXO)

### PACTOS DE HOSPITALIDADE

Uma das *tesserae hospitales* de Monte Murado onde se estabelecem os termos de um pacto de hospitalidade.

### UM LINTEL INDÍGENA

Uma das mais curiosas inscrições sobre a relação entre comunidades indígenas e romanas. Neste lintel, *Vicanus*, um cidadão indígena, consagra o imperador Augusto em 4 ou 5 a.C. – um indício de que as culturas locais não se inferiorizaram perante as novas autoridades.

É curioso verificar que o imperador atribuiu tanta importância a esse cargo que, no seu testamento político, mandou escrever: “Recusei ser pontífice máximo, em lugar do meu colega, ainda vivo, quando o povo me outorgava o sacerdócio que o meu pai exercera.” Tendo-o recebido só após a morte do colega, não hesitou em contar que “ao comício em meu favor ocorreu uma multidão de toda a Itália tão grande como não havia memória de ter estado em Roma”.

O templo de Évora, dedicado, sem dúvida, ao imperador na sua vertente divina remete-nos para a subida de Augusto ao poder. Como escreveu Norbert Roland, sentiu-se que era ele o homem providencial por que Cícero ansiara décadas antes. No entanto, apesar da corrente que nesse sentido se gerou, Augusto resistiu a que se divinizasse a sua pessoa – as suas qualidades, sim, tal como o seu “génio”, a sua “majestade”. E há estátuas em que o imperador surge até em pose de Apolo...

Era a interpenetração da religião na política. Outrora – como hoje!

Aliás, existia mesmo um colégio sacerdotal, constituído por libertos, o colégio dos séxviros augustais, e um cargo – o dos flâmines e flamínicas (a nível provincial e local) – encarregados ambos de não deixarem esmorecer esse “culto”.

Em *Salacia*, um indígena – Vicano, filho de Búcio – certamente um negociante ou produtor endinheirado, mandou levantar um templo em honra de Augusto, no ano 5 ou 4 a. C. onde registou esta inscrição:

IMP · CAESARI · DIVI · F · AVGVSTO  
PONTIFICI · MAXVMO · COS · XIII  
TRIB · POTESTATE · XVIII  
VICANVS · BOVII · F  
SACRVM

Se o monumento já por si merece atenção – as dimensões do lintel que encimaria a entrada (44,5 x 90 x 31cm) deixam perceber que poderá ter

sido obra de vulto – há, na epígrafe, dois aspectos que directamente se relacionam com o que se acaba de referir. Por um lado, Vicano consagra o edifício. O texto termina pela palavra SACRVM, “consagrado”, numa ambiguidade tão apreciada pelos publicitários dos nossos dias, mas que também os romanos jamais enjeitaram! Consagrado o quê? O edifício ou o próprio Vicano, no eco da prática ancestral a que Robert Étienne aludiu da *devotio*, “devoção”, “entrega” incondicional dos súbditos ao seu chefe?

Um segundo aspecto merece destaque. Usam-se nas epígrafes muitas abreviaturas, sobretudo para palavras comuns e bem conhecidas. Ora, nesta, fez-se questão em manter por extenso *Augusto*, *pontifici maximo* e *potestas*, exactamente as palavras e a expressão a que atrás nos referimos como impregnadas de uma conotação religiosa maior.

Esse culto será, todavia, mais visível nos centros urbanos, em que a população poderá ser, teoricamente, mais cultivada. Nas áreas rurais, a adesão ao poder central revela-se no culto ao deus maior dos romanos, Júpiter, nas suas acepções de Ótimo e Máximo. Não é, por isso, de estranhar que, em Almofala (concelho de Figueira de Castelo Rodrigo), se haja encontrado *in situ* o altar fundacional em que se lê:

IOVI · OPTVMO  
MAXVMO  
CIVITAS  
COBELCORVM

A comunidade indígena dos Cobelcos celebrava assim solenemente a divindade do colonizador, mediante um altar de gracioso recorte!

Reutilizados na Ermida de São Domingos à entrada de Alcains (Castelo Branco), descobriram-se em 2008 dois altares epigrafados, cujos textos vêm ao encontro do que se afirmou, a princípio, acerca do espírito de tolerância dos romanos que chegaram à Lusitânia. Diz-se num que Lúcio Átio Vegeto (alguém que, portanto, se identifica bem à maneira latina, com três nomes como era de lei) cumpriu o voto à divindade *Asídia Polturicea*; no outro, o voto a *Asídia* (sem epíteto) é feito em nome da *gentilitas Polturiciorum* (a gentilidade dos Polturícios) em consequência de promessa de Poltúrio, filho de Cenão, alguém que se identifica à boa maneira indígena.

O que ressalta destas inscrições? Os ex-votos são de estilo inteiramente romano do ponto de vista formal e textual, com o uso perfeito das siglas finais votivas: *A(nimo) L(ibens) S(olvit)* [“cumprido de livre vontade”]. Assim se mostra como a população indígena pôde e soube organizar-se, adoptando ‘vestes’ novas: Poltúrio é o fundador





PEDRO MARTINS

da *gentilitas*, pois que lhe deu o nome; e é indígena a sua divindade protectora, que assume epíteto formado a partir do nome da gentilidade que protege. Em plena época romana, não se poderia esperar mais em termos de pacífica convivência religiosa e cultural!

Não faltam, de facto, testemunhos a confirmar a afirmação que se transcreveu, no início, acerca da actuação de Roma: “Sem alterar as estruturas sociais, procura recuperar o escol que comunga no culto imperial, ao mesmo tempo que inicia esse escol na aprendizagem da autonomia municipal.”

O estabelecimento de pactos de hospitalidade documenta, em pleno, essa atitude, como pode ler-se numa das *tesserae hospitales* exumadas, “a 1 de Fevereiro de 1983, no lugar da Idanha, freguesia de Pedroso, concelho de Vila Nova de Gaia, no sopé da estação arqueológica do Castro de Nossa Senhora da Saúde ou do Monte Murado”: o cidadão romano, Décimo Júlio Cilão, filho de Marco, inscrito na tribo Galéria, fez um pacto de hospitalidade (*hospitium fecit*) com o indígena Lugário, filho de Septânio, dos Túrdulos Véteres, “e recebeu-o a si, aos seus filhos e descendentes na fidelidade e clientela de si próprio, de seus fi-

lhos e de seus descendentes”. Foi o próprio Lugário quem processou o documento.

Que vemos? O estabelecimento de consenso, que será não apenas político, mas em jeito do que mais tarde se chamará “de vassalagem”, entre um cidadão cujo modo de identificação o aponta como já plenamente integrado na nova ordem sociocultural e o membro de uma comunidade indígena, que à maneira indígena se identifica. Um pacto gravado no bronze! E que mais? A datação é feita à maneira latina: no ano em que foram cônsules Quinto Sulpício Camerino e Gaio Popeio Sabino, isto é, no ano 9 da nossa era!

A incipiente convivência, sem peias, entre indígenas e romanos, sob a égide – ainda que não expressa – do mundo sociocultural romano! ■



#### OS ALTARES DE ALCAINS

Reutilizados na Ermida de São Domingos, dois altares mandados erguer por indivíduos com nomes indígenas cumprem votos à sua divindade à maneira romana.

#### ALCÁZER NA ROTA DO IMPÉRIO

Esta moeda cunhada em *Salacia* (actual Alcázer do Sal) e encontrada na *villa* de Freiria, revela a importância do Sado e deste posto comercial nas rotas ibéricas. A cidade é designada por *Imp(eratoria) Sal(acia)*, inscrição enquadrada por dois golfinhos. A moeda tem outro significado: documenta que, antes de os primeiros romanos chegarem, já se cunhava moeda na cidade.